HUMANAS E SOCIAIS
V.12 • N.3 • 2025 • Publicação Contínua

ISSN Digital: **2316-3801**
ISSN Impresso: **2316-3348**
DOI: **10.17564/2316-3801.2025v12n3p238-252**

INTERFACES CIENTÍFICAS

VIOLÊNCIA, ESTIGMA E ADOECIMENTO PSÍQUICO: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA SAÚDE MENTAL DOS POLICIAIS CIVIS NO PARÁ

VIOLENCE, STIGMA, AND PSYCHOLOGICAL ILLNESS: A SOCIOLOGICAL ANALYSIS OF THE MENTAL HEALTH OF CIVIL POLICE OFFICERS IN PARÁ

VIOLENCIA, ESTIGMA Y ENFERMEDAD PSÍQUICA: UN ANÁLISIS SOCIOLÓGICO DE LA SALUD MENTAL DE LOS POLICÍAS CIVILES EN PARÁ

Alessandro Farias[1]

RESUMO

Este estudo analisa a percepção dos policiais civis do Estado do Pará sobre saúde mental e adoecimento ocupacional, evidenciando fragilidades nas políticas institucionais de suporte psicossocial. Adotou-se abordagem metodológica mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos. Foram realizadas análises documentais e bibliográficas, aplicação de questionários a 234 policiais civis e entrevistas semiestruturadas com 13 policiais (delegados, escrivães e investigadores), além da Diretora do setor de Atendimento Psicossocial da Polícia Civil e do Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Pará. Os dados quantitativos foram analisados estatisticamente; os qualitativos, por meio de análise de conteúdo. Os resultados indicam que a exposição constante à violência e a sobrecarga emocional afetam a saúde mental desses profissionais, manifestando-se em exaustão, irritabilidade, distúrbios do sono e retraimento social. A centralização dos serviços psicossociais em Belém e o estigma institucional configuram barreiras ao acesso ao autocuidado adequado. Constataram-se também altos índices de assédio moral no ambiente organizacional. Conclui-se que a plena implementação da Lei n.º 14.531/2023 – que institui a Política Nacional de Atenção à Saúde Mental dos Profissionais de Segurança Pública e define diretrizes para prevenção, acompanhamento e tratamento dos transtornos mentais relacionados à atividade policial – é essencial, com ênfase na descentralização dos serviços e no atendimento aos profissionais do interior. O estudo reforça a urgência de políticas institucionais que garantam suporte psicológico e promovam condições de trabalho mais dignas e saudáveis.

PALAVRAS-CHAVE

Saúde Mental. Condições de Trabalho. Polícia Civil.

ABSTRACT

This study analyzes the perceptions of civil police officers in the State of Pará regarding mental health and occupational illness, highlighting weaknesses in institutional psychosocial support policies. A mixed-methods approach was adopted, combining quantitative and qualitative techniques. Documentary and bibliographic analyses were conducted, along with structured questionnaires administered to 234 civil police officers, and semi-structured interviews with 13 officers (including delegates, clerks, and investigators), the Director of the Police Department's Psychosocial Services, and the President of the Civil Police Union of Pará. Quantitative data were statistically analyzed, and qualitative data were examined using content analysis. Findings indicate that constant exposure to violence and emotional overload significantly affect officers' mental health, manifesting in symptoms such as exhaustion, irritability, sleep disturbances, and social withdrawal. Centralized psychosocial services in the capital and institutional stigma create substantial barriers to accessing appropriate care. High rates of workplace harassment were also identified. The full implementation of Law No. 14.531/2023 — which establishes the National Policy for Mental Health Care of Public Security Professionals and defines guidelines for the prevention, monitoring, and treatment of work-related mental disorders — is essential, especially in decentralizing services and ensuring access for officers in remote areas. The study underscores the urgent need for institutional policies that provide effective psychological support and promote healthier and more dignified working conditions.

KEYWORDS

Mental health; working conditions; Civil Police

RESUMEN

Este estudio analiza la percepción de los policías civiles del Estado de Pará sobre la salud mental y el padecimiento ocupacional, evidenciando debilidades en las políticas institucionales de apoyo psicosocial. Se adoptó un enfoque metodológico mixto, que combinó técnicas cuantitativas y cualitativas. Se realizaron análisis documentales y bibliográficos, cuestionarios estructurados aplicados a 234 policías civiles, y entrevistas semiestructuradas con 13 funcionarios (entre comisarios, escribanos e

investigadores), así como con la Directora del Departamento de Atención Psicosocial de la Policía Civil y el Presidente del Sindicato de Policías Civiles de Pará. Los datos cuantitativos fueron analizados estadísticamente y los cualitativos mediante análisis de contenido. Los resultados indican que la exposición constante a la violencia y la sobrecarga emocional afectan significativamente la salud mental de estos profesionales, manifestándose en síntomas como agotamiento, irritabilidad, trastornos del sueño y retraimiento social. La centralización de los servicios psicosociales en la capital y el estigma institucional representan barreras importantes para el acceso a la atención adecuada. También se identificaron altos índices de acoso laboral. Se concluye que la plena implementación de la Ley n.º 14.531/2023 — que establece la Política Nacional de Atención a la Salud Mental de los Profesionales de Seguridad Pública y define directrices para la prevención, el seguimiento y el tratamiento de trastornos mentales relacionados con la actividad profesional — es fundamental, destacándose la necesidad de descentralizar los servicios y ampliar el acceso para los policías en las regiones del interior. El estudio subraya la urgencia de políticas institucionales que garanticen un apoyo psicológico eficaz y mejores condiciones de trabajo.

PALABRAS-CLAVE

Salud mental; Condiciones de trabajo; Policía Civil

1 INTRODUÇÃO

O trabalho policial envolve elevados níveis de estresse, sobrecarga emocional e constante exposição à violência, fatores que impactam significativamente a saúde mental dos agentes. No caso da Polícia Civil do Pará, esses desafios são intensificados pela precarização das condições institucionais e pela ausência de suporte psicossocial adequado. Segundo Limeira *et al.* (2023) e Silva (2023), os policiais civis estão entre os grupos mais suscetíveis ao adoecimento mental, apresentando elevados índices de ansiedade, depressão e Burnout. A Lei Nº 14.531/2023, que visa promover a saúde mental e prevenir o suicídio entre os profissionais da segurança pública, ainda enfrenta sérias dificuldades em sua implementação, o que revela lacunas significativas no suporte oferecido a esses trabalhadores.

Essa pesquisa tem como objetivo investigar as condições de saúde mental dos policiais civis e compreender como as políticas institucionais podem ser aprimoradas para atender melhor suas necessidades psicossociais. Estudos como os de Martins (2021) demonstram que o suicídio entre policiais civis tem superado as mortes em serviço, sublinhando a urgência de um suporte mais efetivo. Além disso, Back (2021) aponta que o estigma em torno da busca por ajuda psicológica dentro da corporação dificulta o acesso ao cuidado necessário. Assim, esta pesquisa busca identificar as falhas nas políticas atuais e propor estratégias mais eficazes, como programas de apoio psicológico contínuo, grupos de apoio e inteligência emocional (Rosemberg, 2012), visando a mitigação dos impactos do estresse ocupacional e a melhoria das condições de trabalho dos policiais civis.

2 MÉTODO

O estudo adotou uma abordagem mista para analisar as políticas e estratégias institucionais de suporte psicossocial voltadas à saúde mental dos policiais civis do Pará. A pesquisa foi estruturada em três etapas: levantamento bibliográfico, análise documental e pesquisa de campo. O levantamento bibliográfico incluiu bases como SciELO, Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico, buscando estudos sobre adoecimento mental na segurança pública e políticas de saúde ocupacional. A análise documental abrangeu relatórios institucionais da Polícia Civil do Pará (2019-2024), diretrizes nacionais e estaduais de segurança pública e a Lei nº 14.531/2023, que prevê ações voltadas à saúde mental e prevenção do suicídio entre profissionais da segurança pública. Essa etapa permitiu identificar diretrizes formais e lacunas na implementação dessas políticas dentro da instituição.

A pesquisa de campo foi realizada entre julho e agosto de 2024 e dividida em duas abordagens: questionário estruturado e entrevistas semiestruturadas. O questionário foi aplicado via *Google Forms* e distribuído em grupos do Sindicato dos Policiais Civis do Pará (SINDPOL), coletando dados sobre perfil sociodemográfico, carga horária, afastamentos por transtornos psicológicos e percepção do suporte institucional. Foram considerados policiais civis em exercício, sendo excluídos servidores afastados, aposentados ou em transição para inatividade. A amostra final contou com 234 participantes, representando um universo de 3.757 policiais ativos no estado, com erro amostral de 6,33%. Os dados quantitativos foram analisados por meio de distribuições de frequência e testes de associação, identificando padrões e relações entre as variáveis investigadas.

Na etapa qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 11 policiais civis de diferentes cargos, (delegado, Escrivães e Investigadores) além da diretora da Diretoria de Atendimento ao Servidor e do presidente do SINDPOL/PA. A seleção ocorreu por amostragem por conveniência, considerando diversidade de funções e tempo de serviço. As entrevistas abordaram condições de trabalho, percepções sobre saúde mental e avaliação do suporte psicossocial institucional. A análise qualitativa seguiu a técnica de Bardin (2016), identificando categorias como sofrimento psíquico, sobrecarga emocional e negligência institucional.

O estudo foi delimitado à cidade de Belém e sua região metropolitana, considerando restrições logísticas e financeiras, mas há intenção de expandi-lo futuramente. A pesquisa seguiu as diretrizes éticas da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, com aprovação do Comitê de Ética da UFPA (Protocolo nº 6.920.298), garantindo sigilo e proteção dos participantes.

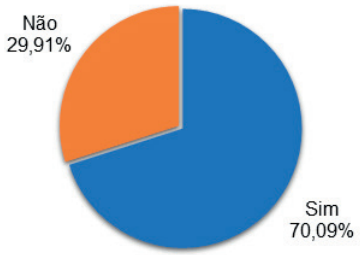
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 FATORES CONTRIBUINTES PARA O ADOECIMENTO

A seguir, analisamos os fatores socioculturais que contribuem para o adoecimento dos policiais civis no Pará. A Figura 1, a Tabela 1 e a Figura 2 evidenciam como a violência, a falta de

reconhecimento, a precariedade institucional e o assédio geram estresse e exaustão, comprometendo sua qualidade de vida.

Figura 1 – Percentual de Trabalhadores, sobre a percepção da violência, 2023



Fonte: Autoria própria (2023).

A violência criminal vivenciada no cotidiano policial impacta significativamente a saúde mental dos agentes de segurança, tornando-se um fator determinante para o adoecimento psicológico. A Figura 17 indica que 70% dos policiais civis reconhecem que a violência no trabalho interfere diretamente em sua vida pessoal, evidenciando dificuldades em separar a esfera profissional da vida privada. Esse quadro pode resultar em prejuízos emocionais e relacionais, agravando o sofrimento dos agentes. Torres-Vences *et al*. (2022) alertam que a exposição prolongada à violência pode desencadear transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), ansiedade e depressão, condições comuns entre policiais.

Njaine *et al.* (2020) reforçam que "a violência cotidiana no ambiente de trabalho tem repercussões diretas na saúde mental, gerando sofrimento psicológico crônico e afetando a capacidade dos indivíduos de lidar com situações de estresse". Além disso, a exposição constante à violência pode levar à dessensibilização progressiva, conforme relatado pela *entrevistada 10*, escrivã, 13 anos de trabalho na polícia, *"Você começa a se dessensibilizar, a normalizar coisas que antes te chocavam. Isso é perigoso porque você leva essa frieza para a vida pessoal"*.

Os depoimentos dos policiais entrevistados demonstram que o impacto da violência não se restringe ao ambiente de trabalho, mas reverbera na vida familiar e social. O *entrevistado 2*, delegado, 22 anos de trabalho na polícia relata: *"Eu me afastava da família, dormia mal e comecei a perder o interesse por qualquer coisa que não fosse o trabalho"*, evidenciando como o esgotamento profissional compromete as relações interpessoais. Njaine *et al*. (2020) indicam que "o estresse ocupacional prolongado pode levar à deterioração das relações familiares, aumentando os índices de separação conjugal e conflitos domésticos".

Além disso, a sobrecarga emocional pode interferir na dinâmica familiar e na criação dos filhos, dificultando a regulação emocional dos policiais. Assis e Constantino (2020) destacam que *"a exaustão emocional acumulada pelos trabalhadores da segurança pública pode resultar em dificuldades na regulação emocional, afetando a forma como lidam com seus entes queridos"*. A ausência de políticas institucionais de suporte psicológico agrava ainda mais essa situação, impedindo que os policiais recebam assistência adequada para enfrentar os desafios emocionais da profissão.

A necessidade de programas voltados à saúde mental dos policiais torna-se evidente diante desse cenário de desgaste emocional. A Figura 1 ressalta a urgência de medidas institucionais que auxiliem os policiais na gestão do estresse ocupacional e na redução dos impactos psicológicos da violência. Rosemberg (2012) propõe que grupos de apoio, acompanhamento psicológico contínuo e treinamento em inteligência emocional são estratégias fundamentais para minimizar os danos psíquicos.

Assis e Avanci (2020) complementam que *"políticas de saúde ocupacional voltadas para a prevenção do adoecimento mental entre policiais são fundamentais para garantir a qualidade de vida e a eficiência desses profissionais"*. Sem essas iniciativas, o sofrimento psicológico pode se intensificar, aumentando os índices de depressão e suicídio entre policiais civis. O desenvolvimento de programas preventivos e assistenciais é essencial para romper esse ciclo de adoecimento, proporcionando maior bem-estar e estabilidade emocional aos profissionais da segurança pública.

Tabela 1 – Quantidade e Percentual de Servidores(as) da Polícia Civil do Estado do Pará, no período de outubro de 2023, por irritabilidade (a) no trabalho policial.

O que mais te deixa irritado (a) no trabalho policial?	Quantidade	Percentual
Discriminação e/ou preconceito	152	21,20
Falta de reconhecimento profissional	134	18,69
Falta de estruturas da(s) delegacia(s)	114	15,90
Tratamento desigual	107	14,92
Despreparo da(s) chefia(s)	78	10,88
Ordens absurdas	67	9,34
Falta de qualificação	38	5,30
Lidar com o público	18	2,51
Não tenho aborrecimentos no trabalho	9	1,26
Total Geral	717	100,00

* Os entrevistados podiam responder mais de uma alternativa.
Fonte: Autoria própria (2023).

A Tabela 1 expõe as principais causas de irritabilidade no ambiente de trabalho policial, destacando que a discriminação e/ou preconceito (21,20%), a falta de reconhecimento profissional (18,69%) e a falta de estrutura nas delegacias (15,90%) estão entre os fatores mais citados. Esses números revelam um ambiente institucional marcado pela desvalorização dos servidores, reforçando os achados de Rosemberg (2012) sobre a cultura policial hierárquica e sua influência negativa na saúde mental dos agentes. Além disso, Back (2021) enfatiza que a ausência de políticas institucionais de reconhecimento e valorização profissional aumenta significativamente os níveis de estresse ocupacional e desmotivação dos servidores.

Os relatos dos entrevistados ilustram como esses fatores impactam diretamente o bem-estar mental dos policiais. O entrevistado 1, delegado, 6 anos de carreira menciona que a cultura institucional torna o ambiente de trabalho desgastante: *"A polícia se afasta da sua missão institucional para atender interesses privados, e isso gera uma frustração imensa"*. O entrevistado 4 é escrivão, 15 anos de trabalho, aponta a sobrecarga como um dos fatores que mais o irritam: *"A gente assume trabalho de outros colegas porque não tem pessoal suficiente. Quando você vê, está fazendo o serviço de três"*. Esses depoimentos revelam que a irritabilidade não surge apenas da natureza do trabalho policial, mas também das condições precárias e da falta de apoio institucional.

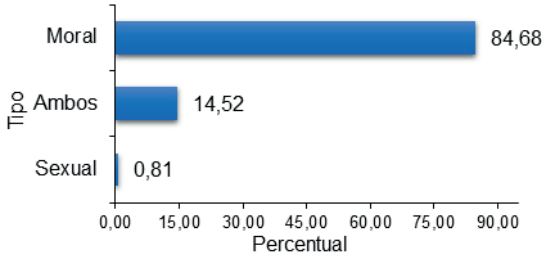
A Tabela 1 sugere a necessidade de mudanças estruturais para reduzir os níveis de estresse e irritabilidade dentro da Polícia Civil. Redmond *et al*. (2023) indicam que a implementação de treinamentos para chefias, reconhecimento profissional e reestruturação das condições de trabalho pode minimizar significativamente os fatores de estresse. Sem essas reformas, o ambiente de trabalho continuará sendo um elemento central no adoecimento mental dos servidores.

Figura 2 – Percentual de Servidores(as) da Polícia Civil do Estado do Pará, no período de outubro de 2023, por assédio no ambiente de trabalho.

Fonte: Autoria própria (2023).

A Figura 2 apresenta a distribuição percentual de servidores(as) da Polícia Civil do Estado do Pará que relataram ter sofrido assédio no ambiente de trabalho, com dados referentes ao período de outubro de 2023. Observa-se que 52,99% dos respondentes afirmaram ter vivenciado situações de assédio, enquanto 47,01% declararam não ter passado por tais experiências. Estes resultados revelam um quadro preocupante, pois mais da metade dos profissionais indicaram exposição a práticas abusivas no contexto organizacional.

Figura 3 – Percentual de Servidores(as) da Polícia Civil do Estado do Pará, no período de outubro de 2023, por assédio Moral e Sexual no ambiente de trabalho



Fonte: Autoria própria (2023)

A Figura 3 revela que, entre os cerca de 53% dos 234 policiais civis que relataram sofrer assédio (FIGURA 2), 84,68% dos casos referem-se a assédio moral, enquanto 14,52% envolvem assédio moral e sexual. Torres-Vences *et al.* (2022) apontam que ambientes hierárquicos e masculinizados, como as forças de segurança pública, favorecem a ocorrência de assédio moral e sexual, especialmente contra mulheres e servidores em posições vulneráveis. Esse fenômeno está diretamente ligado ao adoecimento mental dos policiais, pois vítimas de assédio frequentemente desenvolvem quadros de depressão, insônia, crises de ansiedade e síndrome de burnout (Back, 2021).

Os depoimentos dos entrevistados reforçam esses achados. A entrevistada 10, uma policial feminina (escrivã) com 13 anos de carreira policial, menciona que o assédio moral dentro da corporação não apenas é tolerado, mas também incentivado por alguns superiores: *"O chefe grita, humilha, te desqualifica na frente de todo mundo. Isso já virou algo normal na Polícia Civil"*. A entrevistada 5 é investigadora, divorciada, com 6 anos de polícia descreve a dificuldade de denunciar casos de assédio sexual dentro da instituição: *"As mulheres sofrem muito aqui dentro. Se uma policial tenta denunciar assédio, ela acaba sendo isolada e desacreditada"*.

Esses relatos demonstram que o medo da retaliação e a falta de mecanismos de proteção eficazes impedem que muitas vítimas denunciem, perpetuando a cultura do silêncio. A lei 14.531/2023 em seu Art. 42-C, Inciso XII, comenta que "assédio sexual e moral nas instituições, poderá ser combatido por meio de veiculação de campanhas internas de educação e de garantia de canais para o recebimento e apuração de denúncias", algo que ainda não foi implementado.

A Figura 3 reforça a necessidade de mudanças estruturais urgentes para combater o assédio dentro da Polícia Civil do Pará. Rosemberg (2012) argumenta que a criação de protocolos institucionais para coibir o assédio, incluindo canais de denúncia independentes e apoio jurídico e psicológico para as vítimas, é essencial para reduzir esses índices. Além disso, Redmond *et al.* (2023) sugerem que a punição rigorosa dos agressores é fundamental para desestimular a prática do assédio dentro das corporações policiais. Sem essas medidas, a Polícia Civil continuará sendo um ambiente de trabalho hostil para muitos de seus servidores, o que pode resultar no aumento dos afastamentos por transtornos mentais e na saída prematura de profissionais qualificados.

3.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS POLICIAIS

Os dados da Tabela 2 revelam que os policiais civis apresentam sintomas psicológicos significativos, como cansaço excessivo, irritabilidade e retraimento social. O estresse ocupacional e a falta de suporte adequado agravam o adoecimento mental desses profissionais, impactando sua qualidade de vida e desempenho.

Tabela 2 – Quantidade e Percentual de Servidores(as) da Polícia Civil do Estado do Pará, no período de outubro de 2023, por sintomas psicológicos.

Você apresenta algum desses sintomas psicológicos?	Quantidade	Percentual
Cansaço excessivo	128	26,34
Irritabilidade excessiva	98	20,16
Nervosismo	77	15,84
Perda do senso de humor	66	13,58
Retraimento social no trabalho	63	12,96
Nenhuma das opções acima	54	11,11
Total Geral	486	100,00

* Os entrevistados podiam responder mais de uma alternativa.
Fonte: Autoria própria (2023).

A Tabela 2 demonstra que 26,34% dos policiais civis relataram cansaço excessivo, seguido por 20,16% que indicaram irritabilidade, 15,84% que mencionaram nervosismo e 13,58% que relataram perda do senso de humor. Esses sintomas são claros indicativos de um estado de exaustão mental e física, característico de ambientes de trabalho altamente estressantes. Dejours (2015) aponta que o sofrimento no trabalho ocorre quando as demandas da atividade superam a capacidade de resposta do trabalhador, levando ao desgaste emocional.

Esse esgotamento progressivo pode resultar na perda de empatia e na deterioração das relações interpessoais, tanto no ambiente profissional quanto pessoal. O entrevistado 7, investigador, com 21 anos de trabalho Policial, descreve essa situação ao afirmar: *"A polícia embrutece o servidor. Se ele não tiver inteligência emocional e resiliência, acaba se deixando levar pelo emocional, e a violência toma conta também"*. Essa perspectiva ilustra como a exposição constante a situações de tensão leva a uma dessensibilização progressiva, comprometendo a qualidade de vida dos policiais.

Os dados também indicam que os policiais enfrentam dificuldades em lidar com as exigências emocionais da profissão. O entrevistado 2 é delegado, 22 anos na atividade policial relata um episódio de estresse extremo que resultou em afastamento: *"Trabalhei um ano sem folga, fui forçado a retornar para uma área violenta. Depois de um tempo, adoeci, entrei em nível de estresse muito alto, precisei de licença de quatro meses, fiz tratamento psiquiátrico e cheguei a entregar minha arma porque não tinha condições de trabalhar"*.

Esse depoimento reforça a tese de Han (2017), que argumenta que a exaustão constante gerada pela lógica do desempenho acaba levando os trabalhadores a colapsos físicos e mentais. A perda progressiva da capacidade de recuperação do corpo e da mente faz com que os policiais permaneçam em um estado de alerta permanente, sem possibilidade de descanso adequado.

A correlação entre a carga de trabalho e os sintomas psicológicos também se manifesta na perda de motivação profissional e na falta de perspectivas de melhoria. Muitos servidores relatam um sentimento de frustração diante da ausência de suporte institucional. Minayo, Souza e Constantino (2007) apontam que, sem medidas efetivas para reduzir a carga mental dos policiais, o sofrimento tende a se aprofundar, levando a quadros de depressão e ansiedade severa. Essa deterioração progressiva da saúde mental compromete não apenas a produtividade, mas também a capacidade dos policiais de exercerem suas funções de maneira humanizada e eficiente.

3.3 ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL NA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ

Quadro 1 – Quantidade de Atendimentos por Setores na DAS/PC (2024)

Setor	Servidores	Dependentes	Outros*	Total	Percentual
Clínica Médica	207	53	20	280	3,81
Enfermagem	588	-	114	702	9,54
Fisioterapia	896	7	64	967	13,14
Fonoaudiologia	84	56	3	143	1,94
Odontologia	745	399	47	1191	16,19
Psicologia	1912	134	74	2120	28,81
Psiquiatra	1149	170	11	1330	18,08
Serviço Social	523	19	82	624	8,48
Total				7.357	100

Outros*: Estagiários, trabalhadores terceirizados.
Fonte: Autoria própria (2025).

O Quadro 1 revela que os atendimentos em psicologia (28,81%) e psiquiatria (18,08%) lideram a demanda na Diretoria de Atendimento ao Servidor da Polícia Civil do Pará (DAS-PCPA), seguidos por odontologia (16,19%) e fisioterapia (13,14%). O alto número de atendimentos psicológicos (2.120 registros) em comparação aos psiquiátricos (1.330 registros) sugere que muitos policiais buscam apoio antes de chegarem a um quadro mais grave, mas a limitação estrutural da DAS prejudica o atendimento adequado. *"A procura por atendimento psicológico e psiquiátrico tem aumentado exponencialmente nos últimos anos, mas a estrutura da DAS não consegue acompanhar essa demanda, o que*

nos obriga a priorizar os servidores ativos e excluir os dependentes, há algumas exceções", afirma a Diretora da DAS que é delegada há 25 anos.

Esse cenário contradiz a Lei 14.531/2023, que prevê assistência ampliada aos profissionais da segurança pública e seus familiares. A centralização dos serviços na capital também impõe barreiras aos policiais do interior. o entrevistado 9 é investigador há 2 anos relata que *"Em algumas delegacias do interior, não temos sequer um médico para consultas básicas, muito menos suporte psicológico. Se quisermos atendimento, temos que nos deslocar até a capital e arcar com os custos da viagem"*. Essa desigualdade territorial reforça a teoria de Giddens (1984) sobre as estruturas sociais que limitam o acesso a serviços essenciais.

A sobrecarga de trabalho e a exposição à violência agravam os problemas de saúde mental dos policiais civis. *"Os colegas que trabalham em delegacias no interior enfrentam escalas de até quinze dias seguidos sem folga, muitas vezes em condições precárias, sem qualquer acompanhamento psicológico adequado. Muitos acabam adoecendo, mas só conseguem atendimento quando a situação já está insustentável"*, denuncia o Presidente do SINDPOL PA, investigador, com 24 anos de trabalho policial. A tentativa da DAS de minimizar essa barreira com atendimentos psicológicos online não supre a necessidade de suporte psiquiátrico presencial, que continua restrito a capital. Esse déficit no acesso ao atendimento psiquiátrico pode contribuir para o aumento dos casos de ideação suicida entre policiais, uma preocupação crescente na segurança pública.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024) aponta que o número de suicídios entre policiais superou as mortes em confronto no último ano, evidenciando a gravidade da negligência institucional. Além da dificuldade de acesso, o estigma dentro da corporação impede muitos policiais de procurarem ajuda. O entrevistado 7, que é investigador, 21 anos de trabalho comenta que *"Muitos colegas não procuram ajuda porque temem ser vistos como fracos pelos superiores e até mesmo pelos colegas de trabalho. Alguns que buscam atendimento acabam sendo rotulados e afastados de funções operacionais"*. Essa perspectiva se alinha à teoria do desvio de Becker (1963), que explica como certos comportamentos são rotulados como desviantes, levando à marginalização daqueles que fogem das normas do grupo.

A DAS reconhece esse estigma e busca combatê-lo, mas ainda enfrenta resistência interna. *"Muitos policiais procuram atendimento de forma sigilosa, pedem para não serem vistos entrando no setor de psicologia. Isso mostra o quanto precisamos trabalhar para desconstruir esses preconceitos"*, enfatiza a Diretora da DAS. A tendência de ocultar a necessidade de apoio psicológico indica que os números apresentados no Quadro 1 podem ser subestimados, uma vez que muitos policiais evitam procurar ajuda até que sua condição esteja grave.

Para enfrentar esse desafio, é necessário um investimento real na descentralização dos atendimentos, ampliação do quadro de profissionais e fortalecimento de campanhas institucionais para normalizar a busca por suporte psicológico. A implementação da Lei 14.531/2023 pode ser um avanço importante, mas sua eficácia dependerá de mudanças estruturais e culturais na instituição policial. Sem essas adaptações, a negligência institucional persistirá, perpetuando um ciclo de adoecimento e agravando a crise de saúde mental entre os policiais civis do Pará.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa revelou que a saúde mental dos policiais civis do Pará é prejudicada pela exposição à violência e pelo estresse ocupacional, agravados pela falta de suporte psicossocial institucional. A análise de questionários aplicados a 234 policiais e entrevistas com 13 profissionais evidenciou padrões de adoecimento relacionados à sobrecarga emocional, reconhecimento profissional insuficiente e assédio moral. O estigma organizacional e a centralização dos serviços dificultam o acesso ao cuidado. Políticas eficazes, descentralização do atendimento e a plena implementação da Lei n.º 14.531/2023 são essenciais para mitigar os impactos psíquicos da atividade policial.

Limitações como a ausência de estudos longitudinais e a delimitação geográfica da pesquisa restringem a generalização dos resultados. Futuros estudos devem contemplar diferentes regiões do estado, analisar as variáveis institucionais e socioeconômicas e investigar as barreiras organizacionais que dificultam o acesso ao atendimento psicossocial. Também se faz necessária a avaliação da efetividade das políticas públicas existentes. O aprofundamento desse debate é crucial para subsidiar ações institucionais mais assertivas, promovendo condições de trabalho mais saudáveis e dignas para os policiais civis do Pará.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves; AVANCI, Joviana Quintes. Saúde mental e trabalho na segurança pública: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 1-15, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbso. Acesso em: 2 dez. 2025.

BACK, Sabrina. O estigma da busca por ajuda psicológica nas forças de segurança: um estudo sobre barreiras institucionais. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 33, n. 2, p. 121-136, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc. Acesso em: 23 set. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BECKER, Howard. **Outsiders:** estudos de sociologia do desvio. New York: The Free Press, 1963.

BRASIL. **Lei nº 14.531,** de 4 de janeiro de 2023. Dispõe sobre a promoção da saúde mental e a prevenção do suicídio entre profissionais da segurança pública. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14531.htm. Acesso em: 10 mar. 2025.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho:** estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade:** esboço da teoria da estruturação. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017.

LIMEIRA, Ricardo; ALVES, Mariana; FONSECA, Tiago; SOUZA, Letícia. Fatores de risco para adoecimento mental na segurança pública: uma análise das condições de trabalho de policiais civis. **Revista Brasileira de Psicologia do Trabalho**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 45-60, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/rbpt. Acesso em: 5 jul. 2024.

LIMA SILVA, Renato. Impacto do estresse ocupacional na qualidade de vida dos policiais civis. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 89-105, 2023. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/psicologia. Acesso em: 18 mar. 2025.

MARTINS, André Carvalho. O suicídio entre policiais civis no Brasil: uma realidade invisibilizada. **Cadernos de Segurança Pública**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 78-99, 2021. Disponível em: https://www.revistas.sp.gov.br/cadernosdesegurancapublica. Acesso em: 10 jun. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia Oliveira. O impacto da violência na saúde dos policiais civis: um estudo exploratório. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 5, p. 1215-1226, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc. Acesso em: 18 ago. 2024.

NJAINE, Karen; LOPES, Miguel; FERREIRA, Adriana; COSTA, Tiago. Violência ocupacional e sofrimento psíquico entre profissionais da segurança pública. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 54, p. 1-10, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp. Acesso em: 18 mar. 2025.

REDMOND, Shane; BARKER, James; WALKER, Lisa; DAVIS, Michael. Organizational support and police well-being: strategies for mental health resilience. **Journal of Police and Criminal Psychology**, v. 38, n. 2, p. 231-245, 2023. Disponível em: https://link.springer.com/journal/11896. Acesso em: 23 fev. 2025.

ROSEMBERG, Fernanda. Inteligência emocional como ferramenta para mitigação do estresse ocupacional em forças de segurança. **Revista de Psicologia Aplicada**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 55-70, 2012. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rpa. Acesso em: 20 nov. 2024.

TORRES-VENCES, Sebastián; MARTÍNEZ, Alejandro; GUTIÉRREZ, Camila; RAMOS, Enrique. Trauma e transtornos mentais entre policiais: um estudo longitudinal. **International Journal of Law and**

Psychiatry, v. 74, p. 101-112, 2022. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/journal/international-journal-of-law-and-psychiatry. Acesso em: 15 jan. 2025.

Recebido em: 14 de abril de 2025
Avaliado em: 28 de maio de 2025
Aceito em: 10 de junho de 2025

A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site https://periodicos.set.edu.br

Copyright (c) 2025 Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais

Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

1 Mestre em Segurança Pública - área de concentração Sociologia com ênfase em Racismo Institucional (UFPA); Doutorando em Sociologia pelo Programa de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA). E-mail: alesobralfarias@gmail.com

GRUPO TIRADENTES Inspirando o futuro
EDUNIT